

Família e imigração ou o parentesco oculto nas engrenagens

Igor José de Renó Machado

Fala em Seminário Internacional Migração e Mobilidades na América do Sul - 12, 13 e 14 de novembro 2014, ICS, Brasília.(organizado pelo Observatório das migrações – Leonardo Cavalcanti)

Nessa fala pretendo discutir a questão da relação entre a noção vaga de “família” e uma discussão mais cuidadosa sobre “parentesco”, sempre a partir de contextos migratórios. Usando como exemplo 3 casos estudados no seio do meu grupo de pesquisa, pretendo evidenciar uma reflexão crítica sobre o lugar da família nos estudos migratórios. Pretendo demonstrar como é mais comum que o termo “família” opere como um apagador de diferenças e como parte de maquinários que teriam dificuldade em se manter caso considerassem a sério a questão do parentesco.

A primeira coisa a fazer é definir o que chamo de maquinário: uso o termo como uma metáfora para a construção de modelos teórico-analíticos de explicação (sociológica, antropológica etc.). Essa metáfora me ajuda a pensar os modelos como um conjunto de máquinas, engrenagens e dispositivos que organiza um maquinário geral de pensamento. Esses maquinários são movimentados por nossas explicações sobre os fenômenos, eles servem para nos ajudar a refletir sobre o que pretendemos explicar. Assim, precisamos estar atentos e entender que os maquinários não são coisas em si: são instrumentos que usamos para pensar sobre os eventos e processos que nos interessam.

Como sabemos, os maquinários deveriam estar em mudança constante, pois a realidade nunca responde exatamente aos nossos modelos. Isso leva a diversas possibilidades, e uma muito comum é o enrijecimento do maquinário: nesse caso forçamos a realidade a caber nos modelos e o maquinário transforma-se de instrumento de auxílio na reflexão em algo que dificulta o entendimento dos fenômenos. Maquinários ajudam ou atrapalham, portanto. E quando atrapalham o

resultado é que aquilo que pretendiam entender acaba sendo ocultado pelo maquinário.

O primeiro sintoma de um maquinário enrijecido, enferrujado é a sua tendência em se tornar “coisa”. Poderíamos chamar essa tendência de “objetificação”. Um exemplo muito caro aos estudos migratórios é o maquinário da “etnicidade”. Antes usado para pensar criticamente a renitente permanência da diferença em contextos onde se esperava a gradual “aculturação”, substituindo um maquinário que dificultava o entendimento dos fenômenos (o maquinário da aculturação), passou a ser ele mesmo uma “coisa”. Pessoas têm etnicidade, etnicidade são objetos tão palpáveis quanto essa mesa. Quando o maquinário vira coisa, fica muito fácil confundir os processos com o próprio maquinário, produzindo um novo enrijecimento. Se tratarmos a etnicidade como uma coisa e não como um maquinário que nos ajuda a pensar sobre o mundo, estamos com problemas.

No caso das migrações, temos vários maquinários operando, de forma mais ou menos objetificada. Mas essa fala não é uma crítica aos atuais modelos mais hegemônicos, não é essa intenção. A intenção é pensar o lugar da “família” nesses maquinários, ou seja, como a família é uma engrenagem no maquinário das explicações baseadas nas redes e na teoria transnacional. Sendo uma engrenagem, o que deixamos para trás quando a família é só uma peça no maquinário? E se, alternativamente, pensarmos num maquinário baseado na ideia de parentesco, o que se revela?

Teorias e engrenagens

Na teoria das redes (Portes 1995), um maquinário tenta superar o economicismo das explicações tipo ação racional para migração. A questão é explicar o deslocamento em função das relações sociais e não do frio cálculo das diferenças de renda média. Aqui as relações sociais ganham destaque e a família é um lugar privilegiado de relações sociais: a família é um nexos fundamental das redes, como um nó primordial de qualquer rede migratória. Mas a família que emerge dessa perspectiva é uma família genérica e universal, desconectada de qualquer discussão antropológica sobre parentesco. Pressupõe-se uma família

genérica, que articula qualquer rede migratória, para daí entender a rede e não as estruturas que lhe dão ensejo (família, amizade, vicinalidade, todas estas categorias que poderiam ser inseridas no que entendemos por parentesco).

No contexto do maquinário transnacional (ver Baubock e Faist 2010), as questões giram em torno da forma e das consequências das vidas dos migrantes acontecerem em dois ou mais países simultaneamente, com as implicações políticas e sociológicas de um duplo engajamento. Um campo amplo e muito díspar de preocupações, é verdade, mas em todas as encarnações do transnacionalismo vemos uma centralidade da família como elo condutor preferencial ou privilegiado dessa dupla filiação. Mas assim como nas teorias das redes, a família em si é apenas uma engrenagem no maquinário de conexão entre duas realidades, entre a política nacional e os direitos dos migrantes, um elo na narrativa da constituição de poderes nacionais, discriminações e na própria constituição do “sistema-mundo”.

Em ambos os casos, o que é a família é contingente. É contingente porque ou é irrelevante, ou é pressuposto como família algum modelo subjacente contrabandeado acriticamente para o maquinário. Obviamente, o modelo subjacente de família é um modelo ocidental, baseado na família nuclear, na consanguinidade e na valorização do biológico.¹

Entretanto, se tomarmos o parentesco em si como um maquinário para pensar a migração, nossas preocupações sobre o que é “família” não podem ser contingentes: são centrais. A primeira coisa a destacar é que família é um nome ruim desde o começo: relações de parentesco da mais variada ordem são esquecidas quando falamos em família. Família carrega demais o peso ocidental para ser uma engrenagem eficiente. E mesmo a definição de parentesco precisa ser re-elaborada para fugir das velhas armadilhas do conhecimento antropológico.

Para explicar isso, voltemos ao trabalho de Schneider (1980,1984): ele tratou de demonstrar como as teorias antropológicas do parentesco estavam elas mesmas prenhes de um modelo ocidental, simplesmente transposto para outras realidades sem muito cuidado. Ele identificou, por assim dizer, fissuras no maquinário do parentesco, demonstrando que ele estava mais escondendo que

¹ Esse contrabando encontra eco justamente nas legislações de imigração, que pressupõem o mesmo modelo.

revelando novos mundos. E isso se fazia com o contrabando de concepções ocidentais de parentesco para a teoria geral do parentesco.

Com base nessas críticas, um novo impulso para os estudos de parentesco veio à tona, preocupado em aceitar como relações de parentesco as mais variadas relações: amizade, companheirismo, sofrimentos compartilhados, etc., sem dizer da valorização de relações homoafetivas como relações de parentesco. Temos uma ênfase na plasticidade das relações como plasticidade do parentesco (Carsten 2004, Sahlin 2013). Essa pequena digressão nos faz pensar em como família é um rótulo muito limitado para um grande conjunto de relações que poderíamos definir como relações de parentesco.

Quando pensamos no parentesco como um maquinário para entender as migrações, ganhamos imediatamente aquilo que os modelos vigentes escondem: a diversidade das relações que constituem os milhares de parentescos migrantes. Quero destacar que os modelos vigentes pressupõem família como elemento de outros nexos de atenção sociológica, mas uma ideia de família limitada, endurecida e enferrujada: uma família que por ser tão semelhantemente pensada resulta numa obliteração da diversidade real dos parentescos migrantes. O parentesco como maquinário também pode lançar algumas luzes sobre relações políticas que permanecem ocultas e cujas consequências são extremamente prejudiciais a coletivos migrantes ao redor do mundo. Passemos agora a três exemplos que nos ilustrarão algo da diversidade dos parentescos migrantes, para ilustrar como essa diferença é ignorada pelos maquinários vigentes.

Dois Parentescos ou um?

Brasileiros em Portugal configuram ainda o maior conjunto de migrantes no país. Mesmo com a crise, os ritmos de retorno ou remigração são relativamente pequenos, indicando o enraizamento da comunidade brasileira em Portugal (Machado 2014). A partir de dois conjuntos de trabalhos de campo, vou expor algumas diferenças internas a essa comunidade brasileira que indicam distintos modos de parentesco operando, levando a formas distintas de se relacionar com o país.

No primeiro caso (Machado 2009), fruto de minha pesquisa de doutorado, feita há quase quinze anos atrás, tínhamos uma população específica de brasileiros: um conjunto de imigrantes em sua maioria homens, solteiros, jovens e que viviam em torno de empregos no setor de restaurantes, principalmente. Eles formavam um coletivo de gente que se conhecia, visitava, relacionava e vivia a vida portuguesa na cidade do Porto em 2000. O que quero destacar aqui é que havia, entre essa população, uma grande tendência a relacionamentos afetivos com portugueses e era relativamente comum a inserção desses imigrantes em redes de parentesco portuguesas.

A vida desses brasileiros era contornada pelas redes de parentesco portuguesas, basicamente das classes mais baixas. Eles produziam, assim, uma realidade específica de vida, marcada pela inserção no mercado de trabalho e pela inserção em redes de parentesco portuguesas. Há um universo de coisas relacionadas à vida em comunidade nesse coletivo de pessoas, mas quero destacar apenas uma que nos interessa nessa fala: a relação que eles constituíam com o Brasil. Por uma série de fatores que não cabe explicar aqui, aliados claramente à inserção nas redes de parentesco português, esses imigrantes não pensavam e não tinham em seu horizonte o retorno para o Brasil. Vir para o Brasil era importante, mas apenas como uma forma de “recarregar” algo como um índice de brasilidade que tinha importância nas relações internas desses brasileiros no Porto.

De certa forma, a decisão de não voltar estava profundamente ligada à inserção nas redes de parentesco portuguesas, assim como grande parte da vida coletiva desses brasileiros tinha relação com as mesmas redes: namoradas, empregadores, clientes. O que quer destacar é que essa inserção modulada a experiência desses brasileiros no Porto de forma definitiva.

No outro caso que pretendo explorar rapidamente, olhamos para outros imigrantes brasileiros em Portugal, mas agora de um outro ponto de vista: o dos familiares que permanecem no Brasil, mais especificamente na cidade de Governador Valadares². Para esses emigrantes, a questão era outra: viviam a experiência em Portugal como “target migrants”, com objetivos específicos a amearhar durante a emigração. Um valor específico para construir suas casas e

² Ver Machado e Reis (2007), Machado (2009), Machado, Reis e Almeida (2009), Machado (2009b) e Machado (2010).

montarem algum negócio que garantisse o sustento da família. A experiência desses imigrantes é resultado de uma ordem de parentesco evidente em Governador Valadares. Como demonstrei em outros lugares, essa ordem de parentesco baseava-se em “nano-casas”, no desejo de constituir núcleos familiares autônomos e que, simultaneamente concentrassem feixes de relações.

O mais comum era a migração de homens casados, deixando suas famílias esperando o retorno (embora outras várias configurações fossem possíveis). Mas todas com o intuito de voltar e remontar as relações em Valadares. Essa viagem organizada em torno dos processos de parentesco em Valadares tinha consequências na forma como os brasileiros viviam suas vidas em Portugal (quando o destino de emigração era Portugal). Algumas das consequências que podemos destacar são: uma tendência a fugir ao máximo de qualquer exposição pública, jornadas de trabalho mais longas para acumular mais dinheiro, uma vivência predominantemente entre migrantes de Valadares (em geral dentro da mesma rede) e uma inclinação muito maior à participação em comunidades religiosas protestantes brasileiras em Portugal.

De certa forma, a experiência desses valadarenses em Portugal é um reverso da vida dos brasileiros no Porto: se estes faziam questão de se mostrar como brasileiros para conseguir espaços no mercado de trabalho que valorizava essa brasilidade, estes procuram esconder qualquer brasilidade, como forma de não colocarem em risco os planos originais de migração. É claro que muitas variações se interpuseram nessas trajetórias, e vidas muito diferentes dessas foram vividas. O que apresento aqui é um quadro geral e predominante, de forma alguma exclusivo.

Vale destacar aqui que o que poderíamos ver como migrações brasileiras em Portugal produzem realidades completamente distintas e o maquinário do parentesco faz justamente emergir essa diferença, que seria provavelmente menos importante com outros maquinários. Tanto o transnacionalismo, como a teoria das redes (ou variações de uma sociologia das migrações) tenderiam a olhar mais para outros processos do que para as ordens do parentesco que produzem realidades tão distintas, a ponto de podermos dizer que são radicalmente diferentes. São ordens de parentesco produzindo realidades muito divergentes.

Okinawanos e japoneses em trânsito

Nadia Kubota, em pesquisa em desenvolvimento (2014), nos demonstra como a relação entre imigrantes oriundos de Okinawa (ilhas em anexadas pelo Japão no final do século XIX) e oriundos do Japão “tradicional” foi sempre tensa em Campo Grande. A convivência era difícil, e a segunda guerra mundial marcou uma ruptura profunda entre “derrotistas” e “vitoristas”. Entre os que acreditavam na derrota do Japão e os que não o fizeram, conflito conhecido com a formação da *shindo remei*, um pequeno exército vitorista que pretendia punir os derrotistas (Saito e Willians 1947. Dezem e Carneiro 2000). Em Campo Grande, como em vários outros lugares de migração japonesa/okinawana, houve uma divisão entre okinawanos/derrotistas e japoneses/vitoristas.

Essa divisão deu ensejo a duas associações distintas, a vidas vividas em paralelo. Num grande levantamento cartorial, Kubota pôde identificar que o casamento entre okinawanos e japoneses³ em Campo Grande sempre foi mínimo, menor que o casamento entre okinawanos e brasileiros e japoneses e brasileiros. A etnografia mostra um processo sistemático de não relação entre okinawanos e japoneses (*naichi*), identificado na recusa de fazer parentes, de produzir parentesco. São muito raros os casos de casamento entre *naichis* e okinawanos. Vemos aqui o parentesco como uma certa expressão política das relações coloniais entre Japão e Okinawa. E essa expressão durou no Brasil por todo o século XX, praticamente.

Além disso, Kubota identificou algumas diferenças relevantes na constituição dos parentescos okinawanos em Campo Grande, em relação aos parentescos *naichis*. Em geral a diferença estava dada na relação com os ancestrais, mais intensa e mais temerária no caso dos okinawanos (como os casos de feitiçaria/xamanismo okinawano no Brasil indica, como demonstra Kebbe [2013] em seu atual trabalho) e também uma ênfase maior na consanguinidade e menor

³ Tratamos dos descendentes de okinawanos e japoneses. O primeiro termo é nativo, comumente usado, o segundo é um termo que as vezes engloba os dois grupos, as vezes não. Em termos nativos os descendentes de Japoneses não okinawano são conhecidos como “*naichi*”. Nesse texto uso o termo japonês para significar especificamente “*naichi*”. O termo *nikkey* significa a soma dos dois grupos.

flexibilidade nos processos de adoção para continuação da Casa (algo como o iê japonês).

Mas algo aconteceu a partir do final de século XX: a migração desses naichis e okinawanos para o Japão (e não para okinawa, dentro do Japão). Nesses novos fluxos o direcionamento de toda essa população Nikkei para o Japão (sejam descendentes de naichis ou okinawanos, ou cônjuges sem ascendência) os colocou diante de uma sociedade resistente à diferença, experimentando racismos e preconceitos intensos. Essa vivência de processos dolorosos acabou por diminuir as diferenças internas entre okinawanos e naichis, constituindo comunidades brasileiras no Japão que rompiam as linhas das divisões no Brasil.

No Japão, temos indícios de constituição de parentescos que misturam o que era separado no Brasil. Além disso, como demonstra Kebbe, os padrões de casamento e parentesco de nikkeis no Japão são muito mais flexíveis no Japão que no Brasil, causando uma grande quantidade de casamentos e separações, entrelaçando relações de modos aparentemente confusos e complicados, a ponto de entidades do governo japonês considerarem essas famílias como problemáticas.

Assim, temos duas formas distintas de organização do parentesco operando, tendo sido o motor da mudança a migração em si. Novas formas de vida no Japão produziram novas formas de parentesco. Assim, o que é uma família de ascendência okinawana no Brasil não é a mesma coisa que é no Japão atual. A migração produziu sistemas distintos de parentesco, que passam a afetar radicalmente a vida tanto dos que se foram para o Japão como os que ficaram, como Kubota indica: os que permanecem começam a reorganizar seu conjunto de relações com base mais na vizinhança que no sangue. Membros de famílias esvaziadas pela emigração tendem a se juntar e constituir novas famílias. Estamos portanto, falando de um terceiro sistema de parentesco que parece ainda reter algo da divisão entre okinawanos e japoneses.

Considerações finais

Chegamos assim, às considerações finais. O que estes três exemplos nos dizem sobre família e parentesco num contexto migratório? O que nos dizem sobre

os maquinários predominantes hoje em dia? Qual é, especificamente, meu ponto nessa fala?

Comecemos pela questão do meio: sobre os maquinários dominantes. A intenção aqui não é criticar ou dizer que estão ultrapassados ou qualquer coisa nesse sentido. O propósito é expor esses maquinários funcionando e demonstrar que eles operam com noções relativamente esvaziadas de família, a partir de considerações genéricas e intenções distintas. Nenhum deles quer explicar a família em si, mas outras coisas (desde o estado-nação até um conjunto de relações sociais migrantes). Isso quer dizer que para atingir seus objetivos de explicação e, portanto, jogar luz sobre determinadas questões, esses maquinários deixam na penumbra a engrenagem da família.

As distinções entre os dois parentescos brasileiros em Portugal e os três parentescos gerados pela experiência okinawana no Brasil e Japão seriam simplesmente contingentes a outras intenções analíticas. Eles não apareceriam como as diferenças que produzem cotidianamente. E aqui respondo a questão sobre o meu ponto nessa fala: um maquinário centrado no parentesco me permite fazer emergir essas diferenças tão intensas e significativas. Coloco assim, uma concepção antropológica de parentesco a favor do destaque às diferenças criadas pelos diversos parentescos migrantes.

E o que esses exemplos nos dizem sobre a família e o parentesco migrante é, por fim, algo que devemos destacar como central a diversas experiências migrantes: o conjunto de relações que envolvem mais investimento afetivo, moral e financeiro são as relações de parentesco que, entretanto, não são óbvias. Não seguem estas qualquer modelo: uma mesma nacionalidade produz parentescos diferentes em Portugal, a depender de onde se investe emocionalmente: ou nas redes portuguesas ou na manutenção das redes de origem; um mesmo processo histórico, como a migração de okinawanos para o Brasil, seguida da migração de seus descendentes para o Japão, mais de meio século depois, gerou três sistemas de parentesco distintos que foram se transformando e alterando a experiência de vida dessas pessoas de forma significativa. Reafirmamos, portanto, uma postura etnográfica para dar qualquer sentido às diversas noções de família que a migração enseja, produz e transforma em seu curso.

Bibliografia

BAUBÖCK, Rainer; FAIST, Thomas (Ed.). *Diaspora and transnationalism: concepts, theories and methods*. Amsterdam University Press, 2010.

CARSTEN, Janet. *After kinship*. Cambridge University Press, 2004.

DEZEM, Rogério, and Maria Luiza Tucci Carneiro. *Shindô-renmei: terrorismo e repressão*. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

KEBBE, Victor Hugo. *Quando os mortos chamam - Parentesco, Imigração e Religião vistos nas práticas da Yuta no Brasil*. Projeto de pós-doutorado, FAPESP, São Paulo, 2013.

KUBOTA, Nácia. *Okinawanos e não-okinawanos em Campo Grande: Relações de Parentesco e Famílias*. Qualificação de doutorado, UFSCar, São Carlos, 2014.

MACHADO, I. J. R. *Cárcere Público: Processos de exotização entre brasileiros no Porto*. 1. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. v. 1. 256p

MACHADO, I. J. R. O ponto de vista das famílias: etnografia sobre os emigrantes internacionais valadarenses (Brasil). *Revista Migrações*, v. 05, p. 155-168, 2009.

MACHADO, I. J. R. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil.. *Etnográfica* (Lisboa), v. 14, p. 5-26, 2010.

MACHADO, I. J. R. ; ALMEIDA, Alexandra Gomes de ; REIS, Ellen Saraiva . Algumas características do fluxo migratório de brasileiros de Governador Valadares para Portugal. *Antropológicas* (Porto), v. 11, p. 111-126, 2009.

MACHADO, I. J. R. ; REIS, Ellen Saraiva . Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal. *Teoria & Pesquisa*, v. 16, p. 153-166, 2007.

MACHADO, I. J. R. O futuro do passado: imigrantes brasileiros em portugal e diferentes entrelaçamentos. In REMHU, n^a 44, 2014 (no prelo).

MACHADO, I. J. R. Imigração em Portugal. *Estudos Avançados*, v. 20, p. 119-135, 2006.

MACHADO, I. J. R. Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias recentes em Governador Valadares. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, p. 167-187, 2009b.

PORTES, Alejandro (1995b), "Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview", in A. Portes (Ed.), *The Economic Sociology of*

Immigration. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship, Nova Iorque, Russel Sage Foundation, pp. 1-41

SAHLINS, Marshall. What Kinship is-and is Not. University of Chicago Press, 2013.

SAITO, Hiroshi; WILLEMS, Emílio. Shindo Renmei—um problema de aculturação. Revista de Sociologia, 1947.

SCHNEIDER, David M. American kinship: A cultural account. University of Chicago Press, 1980.

SCHNEIDER, David Murray. A Critique of the Study of Kinship. University of Michigan Press, 1984.